

Acordo do Governo vai adiar confronto

O confronto entre parlamentaristas e governistas foi adiado por seis meses, quando será votada a nova constituição com o acordo feito para aprovação, pela Comissão de Organização dos Poderes, do neoparlamentarismo, quase como foi proposto pelo senador José Fogaça (PMDB-RS).

Os governistas acreditam que nesse período o presidente José Sarney recuperará seu prestígio e poderá, se quiser, rejeitar a alteração no regime. Os parlamentaristas acham que fizeram uma brecha na muralha presidencialista, que tende a se ampliar pela força da corrente.

Representados nos entendimentos pelo deputado Jorge Leite (PMDB-RJ), que fez inclusive reuniões em seu apartamento, os governistas conseguiram um êxito: o mandato do Presi-

dente da República será de cinco anos. Não se fala no atual Presidente, que, no entanto, será beneficiado. O deputado Genebaldo Correia (PMDB-BA) queria deixar essa questão para as disposições transitórias.

Jorge Leite fez um grande esforço para defender da moção de censura aos ministros militares e o chefe do SNI. Foi, porém, derrotado no debate havido em seu apartamento. Os constituintes presentes não aceitaram essa distinção.

Outra vitória do grupo interessado em fortalecer o Congresso foi a aprovação do parecer do deputado José Jorge (PFL-PE) na Subcomissão do Poder Legislativo, que ficará com tantos poderes que estará implantado, de certa forma, um regime congressual. Os ministros de Estado terão de prestar informações e comparecer até às comissões,

que saem muito fortalecidas.

Os parlamentaristas não gostaram muito da fórmula de que o Presidente da República exercerá o Poder Executivo através do Conselho de Ministros e de que ele possa demitir o primeiro-ministro, ouvido o Conselho da República e indicando as razões ao Congresso. Entendem, no entanto, que conseguiram forçar o Governo a aceitar o neoparlamentarismo, isto após o presidente José Sarney e ministros militares terem manifestado seu apoio ao presidencialismo clássico.

Os integrantes da comissão não chegaram a nenhum acordo sobre o Poder Judiciário, que será decidido no voto. Há três ou quatro itens polêmicos, com as posições mais diversas entre os parlamentares.

Covas mantém defesa dos 4 anos

O líder do PMDB na Assembleia Nacional Constituinte, senador Mário Covas, disse ontem que continuará defendendo, "com todas as forças", dentro do partido, o mandato de quatro anos para o presidente José Sarney, até porque esse foi o compromisso firmado pelo partido em praça pública.

Covas afirmou que sua posição é a mesma, desde a campanha para as eleições passadas, em relação ao mandato, e desde o início

de sua carreira política, no que diz respeito ao partido. O que o líder do PMDB na Constituinte tem dito, há bastante tempo, é que se o partido se definir pelo mandato de cinco anos ele respeitará e acatará essa decisão: "Esse foi sempre o meu comportamento, de respeito às decisões majoritárias do partido. Não fosse assim, eu teria que deixar o PMDB".

O senador Mário Covas entende que o PMDB deve

se definir logo sobre o mandato do presidente José Sarney, e não tem dúvidas que o resultado da Convenção Nacional do partido será favorável aos quatro anos, até porque as bases têm se manifestado nesse sentido.

Quanto à convocação da Convenção Nacional, acha que ela deve ser para a primeira ou segunda semana de julho. Covas não vê razão para que a Convenção não se realize logo.